

ANAIS

EICTI 2017

6° Encontro de
Iniciação Científica

2° Encontro de Iniciação
ao Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação

4 a 6 de outubro de 2017

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1000
Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil



Realização:



Apoio:



A MORTALIDADE INFANTIL NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, ARGENTINA E PARAGUAY: CARTOGRAFIAS & REFLEXÕES.

AIMORÉ-BOTOCUDO, Sérvolo de Oliveira e Silva.
Graduando de Geografia, bolsista IC/UNILA - ILATIT – UNILA;
servolo.silva@aluno.unila.edu.br

ZOMIGHANI Jr, James Humberto - Doutor em Geografia Humana.
Pesquisador e Professor do Curso de Geografia – ILATIT – UNILA;
james.junior@unila.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A mortalidade infantil (mi) é considerada um importante parâmetro de avaliação sócio espacial, pode ter abordagem multidisciplinar e, em relação às suas causas, contribuem diversos eventos e processos sociais. Neste contexto, exige-se uma reflexão teórica e crítica, sobre esse grave problema social – o das altas taxas de mortalidade infantil – dentre elas, as taxas de mortalidade infantil (tmi) na tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai entre os anos 2000 e 2014.

Como fundamento do método de análise escolhido, optou-se desde o princípio por uma cartografia que permita tanto a análise quanto, no campo da intervenção, a realização de ações horizontais e solidárias, que demonstrem não apenas as causas da mortalidade infantil, mas sua distribuição pelo território dos países e municípios estudados; Desse modo, outro fundamento teórico-metodológico diz respeito ao das escalas, já que as grandes escalas interessam ao planejamento empresarial do capital hegemônico, e uma abordagem melhor do problema elencado exige-se chegar aos bairros, às ruas e, nessa escala, atuar para produzir uma cartografia crítica e propositiva.

2. METODOLOGIA

A pesquisa da revisão bibliográfica foi lastreada de início no termo “A Mortalidade Infantil na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguay” o que se verificou infrutífero, não tendo retornado referências suficientes para nossas buscas (fizemos o mesmo em espanhol); depois com foco nos nomes das cidades, percebemos em alguns poucos bancos de dados e repositórios poucas citações. Por fim, quando pesquisamos apenas por mortalidade infantil, encontrou-se farta e rica referência consoante a diversos e importantes assuntos e regiões, contudo, sobre a tríplice

fronteira Paraguay, Brasil e Argentina, ainda não foram encontrados trabalhos suficientes, para análises mais seguras, e aprofundamento da compreensão do problema na tríplice fronteira.

Após dar-se início à revisão da literatura, a partir da leitura de diversos textos, procurou-se organizar uma tabulação dos índices de natalidade e da mortalidade infantil do período, em cada um dos cinco municípios pesquisados (*Ciudad del Est, Presidente Franco, Hernandárias, Puerto Iguazú* e Foz do Iguazú) bem como em seus estados e países correlatos, tendo como únicas fontes os respectivos sites oficiais dos governos paraguaio, brasileiro e argentino. De posse dos dados possíveis, seguiu-se a confecção de planilhas e tabelas, quando foram calculados de forma direta os índices de mortalidade infantil e construídos os respectivos gráficos, sempre com uso do programa Microsoft Excel 2010. Após, procurou-se discutir o problema dos números e estatísticas à luz de algumas das teorias da Geografia Crítica de Milton Santos, além dos conceitos empíricos revisitados na revisão da literatura científica levantada.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A estrutura teórica de nossa pesquisa é tripartite; Buscamos na convergência entre a empiria, a partir das taxas e das publicações especializadas sobre a (mi), empiria interpretada a partir das teorias geográficas e epidemiológicas que correlacionam a mortalidade infantil às condições de organização do espaço geográfico, e ainda das técnicas cartográficas, em busca de responder aos objetivos elencados no plano de trabalho, além de propor reflexões, que - espera-se - sejam pertinentes.

No Paraguay, na Argentina e no Brasil, por força de normatização estatal, o *DGEEC*, o *DEIS* e o *DATASUS*, são respectivamente os órgãos responsáveis pela principal parte da divulgação das estatísticas vitais de cada um desses países.

Nenhum outro índice social pode ser mais sensível às condições sociais relativas ao território do que a mortalidade infantil. (COSTA 2001; GOLDANI 2001; SZWARCOWALD, ANDRADE e BASTOS 2002), porém a geografia Miltoniana permite ir além, ao sugerir fortemente que nenhum fenômeno social se constrói só, ou de forma isolada (SANTOS 2008, p. 72), tornando a temática complexa e reveladora das condições espaciais de vida.

A epidemiologia, um campo da medicina, relaciona luminosamente a (mi) ao espaço geográfico, trazendo para essa pesquisa uma abordagem transdisciplinar.

Um exemplo, é o dos óbitos neonatais, ligados a fatores biológicos e à baixa densidade de serviços médicos, enquanto as mortes do período pós-neonatal são mais afetadas pelas condições gerais de vida da população, logo “*quanto melhor é o nível de saúde, tanto menor é a proporção de óbitos pós-neonatais*” (TOMÉ CÁ 1999); Portanto, os sistemas de objetos e sistemas de ações, que constituem de per si os sistemas nacionais, regionais e municipais de saúde, explicam e condicionam os usos do território (SANTOS 2006, p. 12-13), sendo agentes responsáveis pela variação das taxas de (mi).

No enfoque epidemiológico, o espaço também é condição e condicionante das ações sociais, posto que, os processos sociais configuram e renovam as paisagens incessantemente, não sem razão, nos ensina o Professor Milton Santos que “*nós valemos pelo lugar que estamos*” (SANTOS 1987, p. 107). O que pode ser demonstrado, quando se verifica que no final do século passado ainda existiam no Brasil taxas de (mi) similares aos de países muito pobres, comparativamente aquelas dos países ricos e desenvolvidos (SZWARCOWALD 1997), características ainda presentes nas diferenças entre as regiões brasileiras (SZWARCOWALD, ALMEIDA et. AL 2013) (ALMEIDA 2016).

4. RESULTADOS

Uma avaliação preliminar, aponta que os resultados da pesquisa, até o momento, são parcialmente satisfatórios; além de se verificar o cumprimento dos objetivos do milênio, o atual estágio do trabalho já permitiu até aqui, mensurar a (tmi) nos cinco municípios estudados entre os anos 2000 e 2014; Também já foi possível traçar as componentes da (mi) nas unidades geográficas hierarquicamente superiores em um período mais longo. Além de se comparar a (tmi) entre os municípios, pode-se observar alguns aspectos diferenciadores na sua evolução em cada fração do território. Todavia a espacialização da causa morte nos municípios ainda não está revelada, pois ainda não foram acessados os endereços residenciais e laborais das mães das crianças vitimadas pela (mi).

5. CONCLUSÕES

É possível reconhecer as desigualdades sociais e territoriais, por meio do monitoramento das taxas de mortalidade infantil e neste sentido, a epidemiologia e a geografia se complementam. O monitoramento da (mi) na tríplice fronteira demons-

tra que houve algum avanço, mas alguns fluxos e processos de aferição precisam ser mais detalhadamente estudados, a fim de se verificar até que ponto a verticalidade das normas hegemônicas contribuem com a diminuição da mortalidade infantil. Não foi possível relacionar a (mi) e os fluxos de investimentos em saúde pública, para tanto é necessário o conhecimento do endereço, inclusive o laboral, das mães das crianças que morreram antes de completar um ano de vida.

6. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Wanessa da Silva de. Estimação da mortalidade infantil nos municípios brasileiros. 2016. Tese de Pós Graduação - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ. RJ. (81 f.)

SZWARCWALD, C. L. et al. Mortalidade infantil no Brasil: Belíndia ou Bulgária? - Cad. Saúde Pública, RJ 1997.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. [1ª ed. 1985 - Livraria Nobel S.A.] 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008. 118 p. (reimpressão em 2014).

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo. Edusp. 2006. 259 p.

Páginas oficiais dos governos Argentinos (DEIS), Brasileiro (DATASUS) e Paraguaio (DGEEC).